

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional, líquida	3	7.931	8.498
Custos dos serviços		(6.374)	(7.006)
Custos com energia elétrica	4	(4.684)	(5.547)
Custos de construção	5	(897)	(719)
Custos de operação	6	(793)	(740)
Lucro bruto		1.557	1.492
Perdas de créditos esperadas	10.2	(177)	(167)
Despesas com vendas	6	(76)	(72)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(334)	(308)
Lucro operacional		970	945
Resultado financeiro	7	(747)	(439)
Receitas financeiras		277	133
Despesas financeiras		(866)	(534)
Outros resultados financeiros, líquidos		(158)	(38)
Lucro antes dos tributos		223	506
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(66)	(130)
Corrente		(1)	(14)
Diferido		(65)	(116)
Lucro líquido do exercício		157	376
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		2,13	5,04
Preferencial A		2,13	5,04
Preferencial B		2,34	5,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	157	376
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	(65)	6
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	22	(2)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(43)	4
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(96)	(61)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	32	20
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(64)	(41)
Outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(107)	(37)
Resultado abrangente do exercício	50	339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	157	376
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	367	350
Baixa de ativos não circulantes	47	31
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	66	130
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	747	439
Valor de reposição estimado da concessão	(199)	(406)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	327	(475)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(254)	174
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(45)	(18)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	403	(589)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(178)	(71)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(17)	(9)
Outros ativos e passivos, líquidos	(243)	(17)
Caixa líquido proveniente das operações	1.178	(85)
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(620)	(273)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(239)	(4)
Rendimento de aplicação financeira	127	15
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	(10)	(27)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	433	(376)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(947)	(750)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(191)	(20)
Resgate de títulos e valores mobiliários	183	10
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(955)	(760)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	1.936	2.324
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(18)	(14)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.050)	(1.307)
Depósitos em garantias	(1)	8
Obrigações especiais	46	22
Pagamento de principal - Arrendamentos	(5)	(5)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	200	259
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(313)	(206)
Resgate de ações	(39)	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	756	1.081
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	234	(55)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	673	728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	907	673
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	8	5
Arrendamentos capitalizados	12	9
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	2	5

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	907	673
Contas a receber de clientes e outros	10	1.705	1.944
Títulos e valores mobiliários		25	14
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	183
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	219	148
Outros tributos a recuperar	8.2.1	452	672
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	159	419
Outros ativos circulantes		207	132
Total do circulante		3.674	4.185
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	102	112
Títulos e valores mobiliários		30	27
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	45	147
Outros tributos a recuperar	8.2.1	1.780	1.692
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	7	18
Depósitos judiciais	16.1 (c)	162	148
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	4.202	3.493
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	796	717
Outros ativos não circulantes		2	2
Direito de uso		20	15
Intangível	13	2.367	2.430
Total do não circulante		9.513	8.801
Total do ativo		13.187	12.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	784	1.015
Empréstimos e financiamentos	15.2	783	1.229
Passivo de arrendamento		5	4
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	55	24
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	165	135
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	183	260
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	299	524
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	41	60
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	53	51
Outros passivos circulantes	17	264	340
Total do circulante		2.632	3.642
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	63	57
Empréstimos e financiamentos	15.2	6.709	5.477
Passivo de arrendamento		18	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	90	5
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	21	45
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	1.726	1.648
Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	-	2
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	179	156
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	49	47
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	121	48
Outros passivos não circulantes	17	36	15
Total do não circulante		9.012	7.512
Patrimônio líquido		1.543	1.832
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.187	12.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	663	485	45	68	332	-	-	109	1.702
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	376	-	376
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(109)	(109)
Outros resultados abrangentes	-	-	(37)	-	-	-	-	-	(37)
Destinações do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	21	-	(21)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(355)	255	(100)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	663	485	8	68	353	-	-	255	1.832
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	157	-	157
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(255)	(255)
Outros resultados abrangentes	-	-	(107)	-	-	-	-	-	(107)
Retenção de ações (nota 19.4)	-	(39)	-	-	-	-	-	-	(39)
Destinações do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	-	112	(112)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(45)	-	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	663	446	(99)	68	353	112	-	-	1.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	11.278	12.091
Perdas de créditos esperadas	(177)	(167)
	11.101	11.924
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(4.164)	(4.779)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.017)	(1.279)
Matérias-primas consumidas (*)	(18)	(10)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(1.335)	(1.122)
	(6.534)	(7.190)
Valor adicionado bruto	4.567	4.734
Depreciação e amortização (*)	(367)	(350)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.200	4.384
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos (*)	1.174	791
Valor adicionado total a distribuir	5.374	5.175
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	235	212
Encargos sociais (exceto INSS)	19	29
Benefícios	188	152
(-) Transferências para ordens (**)	(130)	(96)
Outros	10	8
	322	305
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	65	46
ICMS	1.805	2.069
PIS/COFINS	312	514
Tributos sobre o lucro	66	130
Obrigações intrassetoriais	733	504
Outros	10	7
	2.991	3.270
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	1.904	1.224
	1.904	1.224
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	45	355
Lucros retidos	112	21
	157	376
Valor adicionado distribuído	5.374	5.175

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO (“Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”) e está registrada como Categoria “B”, não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR (*) e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de *hedge* vigente.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

(iv) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

Commodities energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 (d)).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
Votorantim	AA	AAA	-
Bank of America	-	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ (1)	A1	A-	A-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Scotiabank	AAA	-	-

(1) *Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc - MUFG* possui *rating* somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do Governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto a valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2021 a 08/10/2023	10
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.598
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	2
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.920	4.585
Disponibilidade da rede elétrica (1)	5.070	5.061
Construção de infraestrutura da concessão	897	719
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	166	331
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	-	18
Valor de reposição estimado da concessão (2)	199	406
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(104)	877
Outras receitas (nota 3.3)	130	94
Receita operacional bruta	11.278	12.091
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.347)	(3.593)
Receita operacional, líquida	7.931	8.498

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD”) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos.
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (“BRR”).

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 26 de abril de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 29 de abril de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 18,98%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 19,01%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em 18,97%.

O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (2,47)%, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo (custo cobrado percentualmente sobre o valor da conta de luz de acordo com o fator de potência) (0,95)% constituídas até março/2022, bem como o financeiro relativo à Bandeira e Conta Escassez Hídrica (5,05)%, contribuíram para a redução da tarifa para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da Parcela B será integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 7,35%, totalizando R\$ 5.040, impactada principalmente pelo aumento de 9,5% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,39 MWh. Já a variação da parcela B foi de 4,53%, totalizando R\$ 2.302, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 14,77%, deduzida do fator X de (0,05)%.

Bandeira Tarifária – Escassez Hídrica

Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (‘CREG’), determinou, que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

Até dezembro de 2022 a Companhia faturou R\$ 399 (R\$ 393 em 31 de dezembro de 2021) a título de Bandeira de Escassez Hídrica.

Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança foi aplicada para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuarão pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bandeiras	2022		2021	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda
Jan	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Fev	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mar	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Abr (*)	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mai	Verde	Verde	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Ago	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Set	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Out	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Nov	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Amarela
Dez	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Verde

(*) A Bandeira Escassez Hídrica esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021 REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	De julho/2021 a junho/2022 REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	De setembro/2021 a 15/abril/2022 Resolução MME nº 3/2021 R\$/MWh	A partir de julho/2022 REH nº 3.051/2022 R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera	-
Amarela	13,43	18,74	Não altera	29,89
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera	65,00
Vermelha Patamar I	62,43	94,92	Não altera	97,95
Escassez Hídrica	-	-	142	-

A Resolução MME nº 3/2021 apresentou somente o valor da Bandeira Escassez Hídrica, bem como seu período de vigência, permanecendo inalterados, portanto, valores e vigência da REH nº 2.888/2021, até junho de 2022, quando foram alterados pela REH nº 3.051/2022.

Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), homologou em 12 de julho de 2022, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia Energética de Pernambuco – Neoenergia Pernambuco, com vigência a partir de 13 de julho de 2022 a 28 de abril de 2023, conforme a Resolução Homologatória nº 3.055/2022. A redução média das tarifas da Companhia, percebida pelos clientes, foi de 4,07%.

A Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) foi estabelecida pela Lei nº 14.385/2022, de 27 de junho de 2022, que determinou novas regras para a devolução dos Créditos Tributários especialmente aqueles referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS. Assim, conforme a referida previsão legal a ANEEL recalculou as tarifas considerando o financeiro de R\$ (492) referente aos Créditos do PIS/COFINS que impactou para a redução das tarifas indicadas acima.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	5.394	5.454	4.458	4.527
Comercial	2.098	2.119	1.931	1.934
Industrial	445	500	456	496
Rural	506	678	351	415
Poder público	623	572	510	457
Iluminação pública	526	593	294	352
Serviços públicos	681	681	396	370
Consumo próprio	19	16	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	67	30
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(4.556)	(4.608)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	1.013	612
Total	10.292	10.613	4.920	4.585

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.032/2022.
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 379 (R\$ 305 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 193 (R\$ 192 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 10 (R\$ 71 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 158 (R\$ 44 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 87 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 187 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2022	2021
CVA e neutralidade		
Energia (1)	(509)	468
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(604)	305
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	38	26
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	2	56
Neutralidade de encargos setoriais	29	(13)
PROINFA	4	-
	(1.040)	842
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (3)	475	(8)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	33	(17)
Passivo conta COVID (4)	3	(81)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (5)	306	127
Crédito consumidor reversão para modicidade	5	8
Modicidade Eletrobras (6)	(187)	-
Bandeira escassez hídrica (7)	291	-
Outros	10	6
	936	35
Total	(104)	877

- (1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a devolver neste ano;

- (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL;
- (3) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (4) Constituição ativo do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020;
- (5) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022 e atualizado pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE (julho de 2022), R\$ (356) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 306 em contrapartida da redução da receita;
- (6) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ (187) em 31 de dezembro de 2022; e
- (7) A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, o valor de R\$ (432), conforme REH nº 3.032/2022, referente ao componente financeiro negativo correspondente a recuperação dos custos via tarifa da bandeira escassez hídrica, além da antecipação da reversão dos custos de importação de energia e programa de redução voluntária de consumo, sendo constituído até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 291, em contrapartida da redução da receita.

3.3 Outras receitas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Arrendamentos e aluguéis	99	61
Comissão serviços de terceiros	21	22
Renda da prestação de serviços	2	2
Serviço taxado	4	5
Administração de faturas de fraudes	4	4
Total	<u>130</u>	<u>94</u>

3.4 Deduções de receita bruta

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(1.801)	(2.069)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(807)	(1.016)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(6)	(4)
	<u>(2.614)</u>	<u>(3.089)</u>
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(603)	(393)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(37)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(54)	(31)
Outros encargos (2)	(42)	(43)
	<u>(733)</u>	<u>(504)</u>
Total	<u>(3.347)</u>	<u>(3.593)</u>

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/2022 que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS.
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento).

A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	9.140	7.836	(1.858)	(2.356)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(222)	(1.009)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	107	(6)	357
Contratos por cotas de garantia física	3.290	3.229	(421)	(376)
Energia adquirida contrato bilateral	3.416	3.416	(1.379)	(1.206)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	438	446	(150)	(103)
Outros	246	257	(128)	(86)
Subtotal	16.530	15.291	(4.164)	(4.779)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	382	409
Total	16.530	15.291	(3.782)	(4.370)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(609)	(588)
Encargos de conexão			(47)	(43)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)			(167)	(682)
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)			(188)	42
Outros encargos			(6)	(8)
Subtotal			(1.017)	(1.279)
Créditos de PIS e COFINS			115	102
Total			(902)	(1.177)
Total dos custos com energia elétrica			(4.684)	(5.547)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro, e não houve compra de energia no MCP (*Déficit*);
- (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e
- (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal	(117)	(83)
Material	(425)	(378)
Serviços de terceiros	(369)	(277)
Juros sobre obras em andamento	(9)	(5)
Outros	(21)	(4)
Obrigações especiais	44	28
Total	(897)	(719)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos/Despesas	2022			Total
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(244)	(20)	(120)	(384)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(193)	(55)	(90)	(338)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(312)	-	(49)	(361)
Combustível para produção de energia	(4)	-	-	(4)
Provisão para processos judiciais	-	-	(44)	(44)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(4)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(40)	(1)	(24)	(65)
Total	(793)	(76)	(334)	(1.203)

Custos/Despesas	2021			Total
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(207)	(23)	(117)	(347)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(186)	(48)	(78)	(312)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(292)	-	(50)	(342)
Combustível para produção de energia	(14)	-	-	(14)
Provisão para processos judiciais	-	-	(48)	(48)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(41)	(1)	(8)	(50)
Total	(740)	(72)	(308)	(1.120)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações	(190)	(168)
Encargos sociais	(85)	(75)
Auxílio alimentação	(58)	(50)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(23)	(22)
Provisão para férias e 13º salário	(43)	(40)
Plano de saúde	(66)	(39)
Participação nos resultados	(39)	(41)
(-) Transferências para ordens (2)	130	96
Outros	(10)	(8)
Total	<u>(384)</u>	<u>(347)</u>

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Transferência do custo de mão-de-obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(65)	(59)
Agente arrecadador e credenciado	(22)	(21)
Corte, ligação e religação	(28)	(26)
Atendimento e teleatendimento	(24)	(19)
Serviços técnicos e manutenções	(81)	(62)
Poda de árvore e limpeza de faixa	(8)	(8)
Cobrança administrativa e negativação	(5)	(4)
Inspeção técnica e perícia	(1)	(3)
Tecnologia da informação	(34)	(37)
Serviços jurídicos	(12)	(11)
Consultoria e auditoria	(2)	(2)
Comunicação	(2)	(2)
Encerramento de ordem - Custo do serviço prestado	(16)	(22)
Vigilância	(5)	(4)
(-) Crédito PIS e COFINS	3	3
Outros serviços	(36)	(35)
Total	<u>(338)</u>	<u>(312)</u>

6.3 Depreciação e amortização

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Quota de depreciação e amortização	(364)	(334)
Baixa do valor residual	(3)	(16)
Subtotal	<u>(367)</u>	<u>(350)</u>
(-) Crédito PIS/COFINS	6	8
Total	<u>(361)</u>	<u>(342)</u>

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros	(4)	(3)
Despesas de viagem	(8)	(6)
Propaganda e publicidade	(9)	(7)
Multa por inadimplência/contratual	69	66
Perdas/alienação/desativação	(35)	(42)
Material	(66)	(52)
Outros	(12)	(6)
Total	(65)	(50)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	127	15
(-) Tributos sobre receita financeira	(17)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	79	117
Atualização de depósitos judiciais	10	1
Atualização do ativo financeiro setorial	70	1
Outras receitas financeiras	8	6
	277	133
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(713)	(402)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(12)	(8)
Atualização de provisões para processos judiciais	(38)	(57)
Outras despesas financeiras (2)	(103)	(67)
	(866)	(534)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (3)	(328)	(362)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	495	255
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(681)	(312)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (3)	337	389
Perdas com variações cambiais e monetárias	(29)	(15)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	48	7
	(158)	(38)
Resultado financeiro líquido	(747)	(439)

- (1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida;
- (2) Refere-se, principalmente, aos juros Selic, atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e
- (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente despesa nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	223	506
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(76)	(172)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	14	26
Incentivos fiscais	-	23
Excesso de previdência privada	(8)	(11)
Outras adições permanentes	4	4
Tributos sobre o lucro	(66)	(130)
Alíquota efetiva	30%	26%
Corrente	(1)	(14)
Diferido	(65)	(116)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	28	28
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	53	64
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	41	31
Provisão para processos judiciais	79	71
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	111	98
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	24	25
Arrendamentos capitalizados	2	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	14	13
PLR	14	14
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(358)	(290)
Capitalização de juros de dívida	(63)	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros	48	15
Outros	14	11
Total ativo não circulante	7	18

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18
Efeitos reconhecidos no resultado	(65)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	54
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116
Efeitos reconhecidos no resultado	(116)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	18
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, é de R\$ 7 em 2024.

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar e imposto corrente passivo longo prazo

	2022	2021
IRPJ	191	129
CSLL	28	19
Total ativo circulante	219	148
	2022	2021
IRPJ	-	2
Total passivo circulante	-	2

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 0 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021) reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R\$ 1.694 (R\$ 1.610 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.640 (R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2021); e
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 12 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021).

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	64	75
Amortização	(32)	(33)
Reversão	21	22
Saldo final do exercício	53	64

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>Entre 2028 e 2032</u>
10	9	9	9	8	8

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar às demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros Tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	138	115
Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)	365	392
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4)	1.718	1.846
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2	2
Outros	9	9
Total	2.232	2.364
Circulante	452	672
Não circulante	1.780	1.692

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	33	67
Programa de Integração Social - PIS	8	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	36	14
Impostos e contribuições retidos na fonte	14	12
Outros	16	14
Outros tributos a recolher	107	110
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26	31
Programa de Eficiência Energética - PEE	52	63
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	15	16
Bandeira tarifária	-	80
Outros	4	5
Encargos setoriais	97	195
Total	204	305
Circulante	183	260
Não circulante	21	45

8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15 de março de 2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, líquido de custas processuais e honorários advocatícios, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 2.025 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.172 em 31 de dezembro de 2021).

Com o advento da Lei nº 14.385/2022, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.172
Atualização monetária	152
Compensação	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.025
Circulante	299
Não circulante	1.726
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.156
Constituição	222
Atualização monetária	82
Pagamento	(2)
Compensação	(286)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.172
Circulante	524
Não circulante	1.648

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	77	72
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	432	455
Fundos de Investimento	398	146
Total	<u>907</u>	<u>673</u>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% do CDI (99,31% em 31 dezembro de 2021).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	398	129
CDB	-	14
Outros	-	3
Total	<u>398</u>	<u>146</u>

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>Recebível</u>	<u>Perda de créditos esperadas</u>	<u>Contas a receber, líquidos</u>	<u>Recebível</u>	<u>Perda de créditos esperadas</u>	<u>Contas a receber, líquidos</u>
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.189	(656)	1.533	2.199	(592)	1.607
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	22	-	22	121	-	121
Disponibilidade da rede elétrica	57	(3)	54	51	(3)	48
Subvenções e subsídios governamentais	112	-	112	183	-	183
Outros recebíveis	121	(35)	86	118	(21)	97
Total	<u>2.501</u>	<u>(694)</u>	<u>1.807</u>	<u>2.672</u>	<u>(616)</u>	<u>2.056</u>
Ativo circulante			1.705			1.944
Ativo não circulante			102			112

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	833	(429)	810	(352)
Comercial	282	(86)	285	(83)
Industrial	132	(57)	128	(70)
Rural	130	(42)	130	(50)
Poder público	149	(14)	159	(21)
Iluminação pública	171	(5)	182	(7)
Serviço público	103	(2)	102	(3)
Não faturado	389	(21)	403	(6)
Total	2.189	(656)	2.199	(592)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	750	(49)	878	(30)
Saldos vencidos:	1.439	(607)	1.321	(562)
Entre 1 e 90 dias	366	(44)	441	(48)
Entre 91 e 180 dias	95	(39)	131	(50)
Entre 181 e 360 dias	216	(90)	168	(62)
Acima de 361 dias	762	(434)	581	(402)
	2.189	(656)	2.199	(592)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(616)	(550)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(178)	(168)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	100	102
Saldo final do exercício	(694)	(616)

Em 31 de dezembro de 2022, as Perdas de Crédito Esperada (PCE) totalizaram R\$ 178 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 1 de resultado financeiro (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021).

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2022			2021		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	131	(168)	(37)	445	-	445
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	173	(443)	(270)	329	-	329
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	104	-	104	95	-	95
Outros	81	(8)	73	8	(13)	(5)
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	439	-	439	-	(51)	(51)
Risco hidrológico	-	(152)	(152)	-	(159)	(159)
Recomposição energia Termope	79	-	79	77	-	77
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(152)	(152)	-	(182)	(182)
Passivo conta COVID	-	(1)	(1)	-	(11)	(11)
CDE modicidade Eletrobras (nota 3.3)	-	(198)	(198)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	148	(313)	(165)	129	(291)	(162)
Bandeira escassez hídrica (3)	319	-	319	-	-	-
Outros	2	(3)	(1)	2	(7)	(5)
Total	1.476	(1.438)	38	1.085	(714)	371
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	394	(238)	156	212	(200)	12
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	1.082	(1.200)	(118)	873	(514)	359
Total	1.476	(1.438)	38	1.085	(714)	371
Ativo circulante			159			419
Passivo não circulante			(121)			(48)

- (1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL consubstanciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou um ativo de R\$ 439, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário.
- (2) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores desses tributos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para o período de julho de 2022 a março de 2023, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.
- (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2022, componente financeiro, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de janeiro de 2022, com a finalidade de expurgar os efeitos dos custos não cobertos pelas Bandeiras e que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263	(482)	(219)
Constituição	1.083	(292)	791
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(202)	288	86
Atualização monetária	32	(31)	1
Transferências	(91)	(197)	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.085	(714)	371
Constituição (1)	1.002	(754)	248
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(744)	392	(352)
Atualização monetária	142	(72)	70
Transferências	(9)	(290)	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.476	(1.438)	38

- (1) Em 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$ 249, com ênfase para o componente financeiro de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB, além da CVA de ESS, em função das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor de bandeira tarifária alocado no ESS em 2022, decorrente, principalmente, da Resolução CREG 03/2021 e o próprio custo Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR).
- (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (353), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2021 e 2022.

A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da CONTA COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID.

Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 180 (R\$ 135 até 31 de dezembro de 2021) para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/2021.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial do exercício	3.493	2.680
Baixas	(3)	(4)
Transferência ativo contratual (1)	504	406
Transferência ativo intangível	9	5
Ajustes a valor justo (2)	199	406
Saldo final do exercício	<u>4.202</u>	<u>3.493</u>
Ativo não circulante	4.202	3.493

- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.
- (2) Reconhecimento em junho de 2021 do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica – RTP, no montante de R\$ 113. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA R\$ (94) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021.

12.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	717	731
Adições (1)	909	733
Baixas	(36)	(22)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(314)	(324)
Transferências - ativos financeiros (1)	(504)	(406)
Transferências - outros	24	5
Saldo final do exercício	796	717
Custo	839	747
Obrigações especiais	(43)	(30)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	<u>Concessão</u>
Taxa de amortização a.a.	4,13%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430
Baixas	(11)
Amortização	(357)
Transferências - ativo financeiro (1)	(9)
Transferências - ativo contratual (2)	314
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.367
Custo	5.964
Amortização acumulada	(3.438)
Obrigações especiais	(159)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.461
Baixas	(21)
Amortização	(329)
Transferências - ativo financeiro (1)	(5)
Transferências - ativo contratual (2)	324
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430
Custo	5.694
Amortização acumulada	(3.095)
Obrigações especiais	(169)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	529	572
Encargos de uso da rede	90	312
Materiais e serviços	165	131
Energia livre (1)	63	57
Total	847	1.072
Circulante	784	1.015
Não circulante	63	57

- (1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital.

A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	1.706	2.315
Agências de fomento	1.664	1.432
Mercado de capitais	4.122	2.959
Empréstimos e financiamentos (1)	7.492	6.706
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	100	(301)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(907)	(673)
(-) Títulos e valores mobiliários	(55)	(41)
Dívida líquida	6.630	5.691

- (1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, conseqüentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em R\$	6.026	4.623
Indexados a taxas flutuantes	6.023	4.619
Indexados a taxas fixas	3	4
Denominados em US\$	1.503	1.607
Indexados a taxas fixas	1.503	1.607
Denominados em outras moedas	-	503
Indexados a taxas fixas	-	503
	7.529	6.733
(-) Depósitos em garantia	(2)	(1)
(-) Custos de transação	(35)	(26)
	7.492	6.706
Passivo circulante	783	1.229
Passivo não circulante	6.709	5.477

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI (1)	96,6%	173,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	12,1%	8,2%
Saldo da dívida	7.492	6.706
Instrumentos financeiros derivativos	100	(301)
Dívida total líquida de derivativos	7.592	6.405

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2023	698	664	174	1.536
2024	1.404	531	97	2.032
2025	1.455	438	(144)	1.749
2026	989	388	(75)	1.302
2027	1.046	281	-	1.327
Entre 2028 e 2032	2.122	411	-	2.533
Entre 2033 e 2037	231	43	-	274
2037 em diante	116	6	-	122
Total	8.061	2.762	52	10.875

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4 anos (4 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	6.706	5.464
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	1.936	2.324
Amortizações de principal	(1.050)	(1.307)
Custo de captação	(18)	(14)
Pagamento de encargos de dívida	(620)	(273)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(1)	8
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	706	397
Variação cambial	(166)	115
Marcação a valor justo	(1)	(8)
Saldo final do exercício	7.492	6.706

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 1.936, pela Companhia foram: (i) R\$ 1.200 via 12ª emissão de debêntures com prazo final em 10 anos; (ii) R\$ 450 via 2ª emissão de notas comerciais com vencimento final em 7 anos; e (iii) R\$ 286 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 2.324, pela Companhia foram: (i) R\$ 400 com prazo de vencimento 3 anos captados junto ao Scotiabank; (ii) R\$ 300 com prazo de vencimento 5 anos captados junto ao Scotiabank; (iii) R\$ 200 com prazo de vencimento 5 anos captados junto ao Sumitomo; (iv) R\$ 500 captados via emissão de debêntures com prazo de até 10 anos; (v) R\$ 500 via notas comerciais com prazo de até 7 anos; e (vi) R\$ 424 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	12/08/2024	100	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	26/08/2024	100	-
Linhas de financiamento	R\$	23/04/2023	716	710
			916	710

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito é de 0,44% a.a. sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 84% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição (2) em 2022
Consolidado Neoenergia:		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,15
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,05

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira.

A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 1,1% e 1,2%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2022	2021
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(100)	118
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	-	157
Swap de taxas de juros - R\$	-	26
Exposição líquida	(100)	301
Ativo circulante	-	183
Ativo não circulante	45	147
Passivo circulante	(55)	(24)
Passivo não circulante	(90)	(5)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(100)	275
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	-	26
	(100)	301

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022			2021		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	301	-	301	541	-	541
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(344)	-	(344)	77	-	77
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	(1)	(1)
Liquidação financeira entradas (saídas)	37	2	39	(255)	-	(255)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(94)	(2)	(96)	(61)	-	(61)
Saldo final	(100)	-	(100)	302	(1)	301
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(344)	-	(344)	77	-	77

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	<u>Cíveis (1)</u>	<u>Trabalhistas (2)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162	45	207
Adições e reversões, líquidas	33	11	44
Pagamentos	(38)	(19)	(57)
Atualizações monetárias	31	7	38
Saldo em 31 de dezembro de 2022	188	44	232
Circulante			53
Não circulante			179
	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	117	40	157
Adições e reversões, líquidas	32	16	48
Pagamentos	(33)	(22)	(55)
Atualizações monetárias	46	11	57
Saldo em 31 de dezembro de 2021	162	45	207
Circulante			51
Não circulante			156

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobranças indevidas, danos morais e materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos por interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negativação indevida e Portaria DNAEE, no montante estimado de R\$ 176 (R\$ 152 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 17 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo montante estimado é de R\$ 27 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos cíveis (1)	450	375
Processos trabalhistas (2)	173	174
Processos fiscais (3)	899	761
Total	<u>1.522</u>	<u>1.310</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

(1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:

- Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplessão) com a rede elétrica. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 106 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Processos trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

(3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Destacamos o auto de infração motivados por:

- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 501 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (1) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (2) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos cíveis	70	57
Processos trabalhistas	80	78
Processos fiscais	12	13
Total	<u>162</u>	<u>148</u>

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caução em garantia (1)	177	163
Devoluções a consumidores (2)	54	119
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	25	22
Repasse a terceiros	17	15
Plano de saúde	6	15
Bônus estratégico	6	4
Compartilhamento de pessoal	6	5
Outros	9	12
Total	<u>300</u>	<u>355</u>
Circulante	264	340
Não circulante	36	15

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 71.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração, a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); e (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida").

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas e PLR	93	91
Benefícios de curto prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	72	44
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1 (a))	49	47
Total	214	182
Passivo circulante	165	135
Passivo não circulante	49	47

18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2022			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano BD PE	43	3.282	Fechado	Deficitário
	43	3.282		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD BA	3	1	Fechado	N/A
Néos - Plano CD RN	2	1	Fechado	N/A
Néos - Plano CD PE	604	114	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	2.740	86	Aberto	N/A
	3.349	202		
Total	3.392	3.484		

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.095)	960	(135)
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(74)	66	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	45	45
Benefícios pagos pelo plano	105	(105)	-
Redimensionamento	77	(71)	6
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(987)	896	(91)
Custo do serviço	1	-	1
Efeitos dos juros	(82)	69	(13)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	47	47
Benefícios pagos pelo plano	118	(118)	-
Redimensionamento	(78)	13	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.029)	908	(121)
Planos deficitários	(1.029)	908	(121)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Custo do serviço	1	1
Despesa com juros de obrigações	(81)	(74)
Receita com juros de ativos	69	66
Total	(11)	(7)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	1	1
------------------------	---	---

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Saldo no início do exercício	36	32
Redimensionamento:		
Mudanças nas premissas	(78)	77
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	13	(71)
Efeito bruto	(65)	6
Tributos sobre o lucro	22	(2)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(43)	4
Saldo no final do exercício	(7)	36

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(1.029)	(987)
Valor justo dos ativos	908	896
Total ativo (passivo) líquido	(121)	(91)
Passivo circulante	(72)	(44)
Passivo não circulante	(49)	(47)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 44, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com amortização mensal e vencimento em dezembro de 2023.

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2022			2021		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	21	21	-	21	21
Outros	-	23	23	-	40	40
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/ quotas	18	-	18	27	-	27
Fundo de investimento – multimercado	14	-	14	27	-	27
Fundo de investimento – renda fixa	832	-	832	780	-	780
Total	864	44	908	834	61	895

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2022
	Benefício definido
2023	102
2024	100
2025	97
2026	95
2027	93
Entre 2028 a 2032	421
Total	908

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 48 no exercício de 2023.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.071	1.031
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,08%	4,51%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,65	9,45
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	990	946
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-3,79%	-4,17%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,16	8,88

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2022	2021
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	9,60%	8,18%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,28%	4,03%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,00%
<i>Duration</i> (em anos)	8,47	9,16
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F suavizada em 10%	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	<i>Light Média</i>	<i>Light Média</i>
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1983 masculina Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	AT-1983 masculina Ativos: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real
Composição familiar		

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais (“PNA” e “PNB”), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 700 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	2022	
							Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.052.187	594	7.085.257	64	562.531	5	73.699.975	663
Total	66.052.187	594	7.085.257	64	562.531	5	73.699.975	663

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	2021	
							Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.022.550	587	464.272	4	400.375	4	66.887.197	595
Outros	280.143	2	7.102.982	63	342.066	3	7.725.191	68
Total	66.302.693	589	7.567.254	67	742.441	7	74.612.388	663

Em 2022, a Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro, e em leilão realizado na B3, em 03 de outubro de 2022, 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs, representativas de 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco. Após o referido leilão, e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2022, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Pernambuco que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs de emissão da Neoenergia Pernambuco, representativas de 1,22% do seu capital social total. Por fim, no dia 01 de novembro de 2022 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B (empresas que não vendem ações, certificados de ações, ou títulos que possam ser convertidos nesses papéis) da Companhia pela Comissão de Valores Mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	140	334
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	15	38
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	2	4
Total	<u>157</u>	<u>376</u>
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	66.052.187	66.302.693
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.085.257	7.567.254
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	562.531	742.441
Total	<u>73.699.975</u>	<u>74.612.388</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	2,13	5,04
Ação preferencial A (R\$)	2,13	5,04
Ação preferencial B (R\$)	2,34	5,54

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	157	376
Reserva de incentivo fiscal	-	(21)
Lucro líquido ajustado	157	355
Reserva de retenção de lucros	(112)	-
Remuneração a distribuir	<u>45</u>	<u>355</u>
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	39	89
Remunerações intermediárias	6	11
Dividendos adicionais propostos	-	255
	<u>45</u>	<u>355</u>
Natureza da remuneração		
Dividendos	5	279
JCP	40	76
	<u>45</u>	<u>355</u>
Remuneração total por ação	<u>0,61</u>	<u>4,76</u>

O Conselho de Administração aprovou, a título de remuneração antecipada do exercício de 2022, a ser considerado no compute do dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 34 (R\$ 40, menos R\$ 6 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 41 (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2022					
RCA de 15 de dezembro de 2022	Juros sobre capital próprio	40	0,5423271	0,5423271	0,5965598
AGOE de 19 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios - 2021	25	0,3303609	0,3303609	0,3633970
AGOE de 19 de abril de 2022	Dividendos adicionais	255	3,4186014	3,4186014	3,7604615
		320			
2021					
RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre capital próprio	36	0,4826700	0,4826700	0,5309370
RCA de 16 de dezembro de 2021	Juros sobre capital próprio	40	0,5287961	0,5287961	0,5816757
AGOE de 08 de abril de 2021	Dividendos adicionais	109	1,4656307	1,4656307	1,6121937
		185			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	60	67
Declarados no exercício	45	101
Declarados de exercícios anteriores	255	109
Imposto de renda retido na fonte	(6)	(11)
Pagos no exercício	(313)	(206)
Saldo em 31 de dezembro	41	60

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (43); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (64).

19.4 Reserva de Capital

(i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022 foi revertido o saldo integral referente a parte do resgate das ações (nota 19.1).

(ii) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 446, sendo R\$ 508 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, R\$ 53 que corresponde a valor já capitalizado e R\$ 9 referente a parte do resgate das ações (nota 19.1).

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 455 (R\$ 444 em 31 de dezembro de 2021).

19.5 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei 6.404/76, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 68.

(ii) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 353.

(iii) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, constituída mediante proposta de orçamento de capital pela Administração, no limite máximo do capital social integralizado. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 112.

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				2022
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)	6	33	-	39
	6	33	-	39
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	244	-	41	285
Benefícios a empregados (b)	-	-	27	27
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	39	2	41
Outros passivos	6	-	-	6
	250	39	70	359
				2021
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos	4	-	-	4
	4	-	-	4
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	244	-	38	282
Benefícios a empregados (b)	-	-	45	45
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	52	8	60
Outros passivos	5	-	-	5
	249	52	91	392

20.2 Transações com partes relacionadas

				2022
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida	3	-	-	3
Custos dos serviços (a)	(1.779)	-	(333)	(2.112)
Despesas gerais e administrativas (b)	3	-	(15)	(12)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(45)	(4)	(49)
	(1.773)	(45)	(352)	(2.170)
				2021
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida	3	-	-	3
Custos dos serviços (a)	(1.624)	-	(304)	(1.928)
Despesas gerais e administrativas (b)	(4)	(1)	(8)	(13)
Resultado financeiro líquido (b)/(c)	-	(40)	(9)	(49)
	(1.625)	(41)	(321)	(1.987)

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	TERMOPERNAMBUCO	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2030	2023	(242)	(1.758)	(242)	(1.608)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	NEOENERGIA S.A.	Contrato de FEE por Aval PGTO de Dividendos e	N/A	2026	2023	33	(45)	-	(40)
d	NEOENERGIA S.A.	JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(39)	-	(52)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	ENERGETICA ÁGUAS DA PEDRA S.A. (EAPSA)	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2040	2023	(3)	(24)	(3)	(22)
a	NORTE ENERGIA	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(4)	(30)	(3)	(27)
a	TELES PIRES	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(34)	(279)	(32)	(255)
d	Minoritários	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(2)	-	(7)	-
b	Néos	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	(27)	(19)	(45)	(17)

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e benefícios recorrentes	1	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	1
	<u>3</u>	<u>4</u>

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>CA</u>	<u>VJORA</u>	<u>VJR</u>	<u>CA</u>	<u>VJORA</u>	<u>VJR</u>
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	509	-	398	527	-	146
Títulos e valores mobiliários	1	-	54	1	-	40
Contas a receber de clientes e outros	2.501	-	-	2.672	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	45	-	-	304	26
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	159	-	-	419	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	4.202	-	-	3.493
Outros ativos	31	-	-	23	-	-
Total	<u>3.201</u>	<u>45</u>	<u>4.654</u>	<u>3.642</u>	<u>304</u>	<u>3.705</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	847	-	-	1.072	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.492	-	-	6.584	-	122
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	121	-	-	48	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	145	-	-	29	-
Passivo de arrendamento	23	-	-	16	-	-
Outros passivos	184	-	6	169	-	4
Total	<u>8.667</u>	<u>145</u>	<u>6</u>	<u>7.889</u>	<u>29</u>	<u>126</u>

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022			2021		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	398	-	398	146	-	146
Títulos e valores mobiliários	54	-	54	40	-	40
Instrumentos financeiros derivativos	45	-	45	330	-	330
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	4.202	4.202	-	3.493	3.493
	497	4.202	4.699	516	3.493	4.009
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	122	-	122
Instrumentos financeiros derivativos	145	-	145	29	-	29
Outros passivos	6	-	6	4	-	4
	151	-	151	155	-	155

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 199 e R\$ 406, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	7.492	7.400	6.584	6.485

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022, não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (LIBOR).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 288	US\$ 288	2024 - 2026	1.412	1.615
Passivo	R\$ 1.465	R\$ 1.435		(1.512)	(1.496)
Líquido				(100)	119

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	€ -	€ 80	2022	-	517
Passivo	R\$ -	R\$ 357		-	(361)
Líquido				-	156

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	R\$ -	R\$ 120	2022	-	120
Passivo	R\$ -	R\$ 94		-	(94)
Líquido				-	26

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,13) (R\$ 0,25 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,33) (R\$ (0,17) em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,2177	(1.503)	(1.550)	(233)	(465)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)			1.412	1.457	218	437
Exposição Líquida				(91)	(93)	(15)	(28)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(1)	-
NDF				1	-
Exposição Líquida				-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(2)	1
NDF				2	(1)
Exposição Líquida				-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	887	122	(18)	(37)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(3.364)	(515)	(77)	(155)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(1.511)	(235)	(35)	(70)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(2.660)	(218)	(17)	(35)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2024	3.792	747
2025	3.643	752
2026	3.826	962
2027	4.025	1.022
2028	4.280	1.120
Entre 2029 e 2033	18.831	5.579

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elena León Muñoz
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Juliano Pansanato de Souza
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Haroldo do Rosario Vieira
Luiz Otávio Nunes West
Titulares

José Antonio Lamenza
Glauca Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Jorge Luiz Pacheco
José Romildo Borges Ferreira
Suplentes

DIRETORIA

Saulo Cabral e Silva
Diretor-Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87